

prisioneiros portugueses
da primeira guerra mundial
frente europeia – 1917/1918
maria josé oliveira



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina

TÍTULO: *Prisioneiros Portugueses da Primeira Guerra Mundial*
– *Frente Europeia 1917/1918*

AUTORIA: *Maria José Oliveira*

EDITORIA: *Safaa Dib*

Esta edição © 2017 Maria José Oliveira e Edições Saída de Emergência

Este livro não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

REVISÃO: *Maria Ferreira*

COMPOSIÇÃO: *Saída de Emergência, em caracteres Minion, corpo 11*

DESIGN DA CAPA: *Luis Morcela*

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: *Caflesa — Soluções Gráficas, Lda*

1.ª EDIÇÃO: *Março, 2017*

ISBN: *978-989-773-022-1*

DEPÓSITO LEGAL: *420669/17*

EDIÇÕES SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Taguspark, Rua Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva,

Edifício Qualidade — Bloco B3, Piso 0, Porta B

2740-296 Porto Salvo, Portugal

TEL.: *214 583 770*



WWW.SDE.PT



[/EDIÇÕES-SAÍDA-DE-EMERGÊNCIA](https://www.facebook.com/Edicoes-Saida-de-Emergencia)



[EDITORA.SAIDA.DE.EMERGENCIA](https://www.instagram.com/Editora.Saida.de.Emergencia)

“[The historian] *discovers that truth is subjective and separate, made up of little bits seen through a kaleidoscope; when the cylinder is shaken the countless colored fragments form a new picture. Yet they are the same fragments that made a different picture a moment earlier. This is the problem inherent in the records left by actors in past events.*”

Barbara Tuchman, *The Guns of August*, p. 486



A repatriação dos prisioneiros de guerra



Grupo de soldados portugueses prisioneiros na Alemanha. Entre eles vê-se, no terceiro plano, o terceiro da direita, o soldado de infantaria 25, Augusto Ferreira, natural do logar da Mucela, concelho de Vila Nova de Poiares.



Sr. Alfredo Joaquim Lourenço, alferes de infantaria 25, prisioneiro na Alemanha.

de conseguiram chegar depois de vários incidentes, mais ou menos emotivos, seis distintos officiaes portugueses, prisioneiros por ocasião do memoravel combate de 9 d'abril, entre os quaes o capitão sr. Santos Nogueira, esposo da sr.^a D. Maria del Pilar S. Nogueira, secretaria

CONTINUAM em plena atividade os serviços de repatriação dos prisioneiros de guerra que ainda se encontram disseminados pelos varios campos de concentração da Alemanha.

Dos portugueses muitos já conseguiram transpôr a fronteira alemã e, em harmonia com as informações officiaes, quando este numero da *Ilustração Portuguesa* fór posto á venda talvez já todos os nossos bravos, feitos seus cativos, tenham saído.

D'entre os fugitivos da Alemanha encontram-se desde ha dias em Lisboa, aon-



Sr. Mariano Moreira Lopes, alferes d'infantaria 10, prisioneiro dos alemães. É irmão da sr.^a D. Branca Moreira Lopes, uma das mais decotadas vogues da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portuguezes.

Geral da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portuguezes, comissão que tem a sua séde no salão da *Ilustração Portuguesa* e cujos trabalhos patrioticos são dignos do maior elogio.



Outro grupo de soldados portugueses que estiveram internados no campo de prisioneiros de guerra de Schneidemuhl. Da esquerda para a direita, sentados: José Antunes, Manuel da Cunha, José Sabino e Manuel P. Barroso. De pé: Manuel O. Bassão, José R. Iguez, Alexandre, Duarte da Conceição e José Augusto.

Aos meus pais, Emília e João

AGRADECIMENTOS

Sem obedecer a qualquer ordem de importância, agradeço a todos os que me incentivaram a investigar a história dos prisioneiros portugueses na Primeira Guerra Mundial. Estou grata à Professora Maria Fernanda Rollo, orientadora da minha tese de mestrado, por toda a colaboração que me deu. Ao Professor Fernando Rosas agradeço o constante incentivo, a confiança e a liberdade. Ao Professor Filipe Ribeiro de Meneses agradeço o estímulo para que pesquisasse o assunto, depois de lhe ter contado a história do meu avô paterno, António Lourenço. Todos os funcionários dos Arquivos Histórico-Militar, Histórico-Diplomático e da Cruz Vermelha, Biblioteca da Liga dos Combatentes, Biblioteca Nacional e Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, merecem as minhas palavras de gratidão.

Agradeço ainda o auxílio de José Cerqueira Esteves na decifração de alguns excertos das cartas de Maria Correia Monteiro Torres; e da Dr.^a Cândida Silva, que me ajudou a entender as causas das mortes dos prisioneiros de guerra. Estou grata à Saída de Emergência, nas pessoas da Safaa Dib, Luís Corte Real e Margarida Damião.

Finalmente, agradeço à Pessoa que torna tudo possível.

NOTA PRÉVIA

A BASE DESTE LIVRO É A MINHA TESE DE MESTRADO EM HISTÓRIA Contemporânea, defendida em 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Uma parte dessa pesquisa surge nesta obra, para a qual revi, corriji, alterei e aumentei o texto da tese, procurando fazer novas abordagens, nomeadamente no que se refere à correspondência.

Os documentos coevos apresentam duas designações para os cativeiros: campos de concentração e campos de internamento. Optou-se pela segunda denominação porque, como se verá, as prisões alemãs da Primeira Guerra Mundial não são comparáveis com os campos de concentração e de extermínio da Alemanha nazi.

Na maioria dos casos corrigiu-se a grafia da época, para tornar os textos mais compreensíveis; em todos os documentos manteve-se a pontuação original. Em casos muito pontuais optou-se por preservar algumas idiossincrasias dos autores.

PRÓLOGO

António Maria Rodrigues Lourenço tinha 21 anos quando desceu do comboio especial que o transportara da Figueira da Foz até à estação de Alcântara-Mar, em Lisboa. Dali a umas horas embarcaria num navio com destino a França. Era a primeira vez que o jovem, 1.º cabo do batalhão de Infantaria 28, ia viajar para fora do país. Ele e a grande maioria dos militares da guarnição da Figueira, que, a 22 de Fevereiro de 1917, embarcou para a guerra.

Pouco sabiam sobre o que estava a acontecer nas trincheiras da Europa. Tudo era desconhecido e provocava temor. “[no dia 23 de Fevereiro] o vapor levantou ferro e já tinha um dia e uma noite de viagem e entrámos em águas espanholas dia 24 a uma hora da noite. [o vapor foi] atacado por um submarino alemão e onde mandou uma granada ao meu vapor. Houve gritarias tantas que já lá acreditei que era o fim da minha vida mas não houve perigo algum e os oficiais que lá vinham começaram a dizer que não era nada que tinha sido o destruir que lhe tinha dado uma trobada”, escreveu um militar de Bragança que partiu um dia depois de António¹.

António Lourenço era o segundo de seis filhos — três rapazes, um dos quais morreu ainda bebé, e três raparigas. Rosa, a mãe, trabalhava na seca do peixe, e o pai, Bernardo, era pescador. A família vivia numa casa de piso térreo na rua da Misericórdia, frente à igreja homónima construída no século XVI.

Desde criança que António conhecia Lisboa. Aos seis anos trabalhava como servente de pedreiro na construção de uma estrada para o antigo farol do Cabo Mondego. Ao mesmo tempo, aprendia a ler e a escrever com o professor Almeida Cruz, de Tavadede, juntamente com outras crianças de Buarcos, no sótão de uma casa da vila. Quando completou nove anos, em 1904, partiu para Lisboa, onde entrou como aprendiz numa tanoaria do Poço do Bispo. Vivia então numa casa no pátio do Colégio, no Palácio do Marquês de Abrantes, em Marvila, onde ficou até aos 14 anos. (Em 1908 quase morreu esmagado pela multidão que encheu as ruas de Lisboa para

ver passar o cortejo fúnebre de D. Carlos e do príncipe Luís Filipe). Depois, rumou para Cascais, onde começou a trabalhar como pescador com o tio materno, Augusto Maligno, mestre armador. O serviço militar obrigatório, porém, fê-lo regressar a Buarcos.

Em meados de 1916, António soube que era um dos 40 jovens naturais da vila mobilizados para a guerra. E a 25 de Fevereiro de 1917, chegou a Brest. Ele os restantes expedicionários caminharam até à estação ferroviária, com as mochilas às costas, marchando em filas e em passo lento. Tinha chovido e as ruas estavam escorregadias. Na gare foram-lhes distribuídas rações para três dias de viagem de comboio. E na primeira semana de Março os militares de Infantaria 28 estavam já em Marthes, na região de Pas-de-Calais, onde receberam instrução dos britânicos. Em Maio, António e os seus companheiros ocuparam a primeira linha de trincheiras em Ferme du Bois. E ali ficaram até Abril de 1918.

Na véspera da batalha de La Lys, a 9 de Abril, alguns homens do batalhão puderam sair da zona e tirar uns dias de descanso. Não foi o caso de António, que teve de enfrentar a tempestade de fogo provocada pelo exército alemão. Na manhã do dia 10, o sector português soçobrara. E António Lourenço foi dado como “desaparecido em combate”. Os pais tinham apenas um bilhete-postal remetido de França, datado de 14 de Agosto de 1917, com uma fotografia do filho, saco a tiracolo, um cigarro numa mão, na outra o pingalim.

O Corpo Expedicionário Português (CEP) informou Rosa e Bernardo que António não constava das listas de mortos e de milhares de prisioneiros de guerra portugueses. Morrera algures no campo de batalha, comunicaram mais tarde. Em Buarcos, os pais e os irmãos, Maria, Clementina, Virgínia e José, vestiram luto; fez-se um funeral sem corpo presente; encomendaram-se missas.

A 20 DE NOVEMBRO DE 1918, NOVE DIAS DEPOIS DE ASSINADO O Armistício, um homem magro, com o vestuário e o calçado em mau estado, iniciou uma caminhada de vários dias, alimentando-se de nabos e cenouras cruas. Estivera preso sete meses no campo de Merseburg, na Saxónia, aberto logo em Setembro de 1914, onde obrigavam os prisioneiros a trabalhos forçados na agricultura e nas minas. Era 1º cabo e pertencera ao batalhão de Infantaria 28, entretanto já dissolvido. Findo o conflito, o seu nome continuava a não constar das listas de prisioneiros de guerra do CEP. A 21 de Janeiro de 1919 embarcou no vapor *Gil Eanes*, em Cherburgo, e quatro dias

depois estava em Alcântara, juntamente com centenas de expedicionários. Em Fevereiro chegou a casa, em Buarcos. António fora devolvido ao mundo; o luto acabou; as recordações da guerra e da prisão, da fome, da insalubridade e dos trabalhos forçados, fecharam-se numa arca de madeira; e ele regressou ao trabalho como pescador. Tinha 23 anos.

Não permaneceu muito tempo na sua terra natal. Em 1921 partiu para Lisboa e ali embarcou no *Brittania*. O destino era Providence, Rhode Island, nos Estados Unidos da América, de onde regressou somente depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

NEM TODOS REGRESSARAM.

Em Agosto de 1922, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu uma pequena encomenda da embaixada de Espanha em Berlim. Lá dentro estavam uma carteira com diversos bilhetes-postais, uma medalha religiosa e alguns livros de preces. O Ministério não sabia o que fazer com os objectos e questionou a Comissão de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra sobre o destino a dar aos mesmos².

Os pertences eram de Joaquim Francisco Albano, um prisioneiro de guerra que morrera, por causa desconhecida, no campo de internamento de Halle, na Saxónia-Anhalt, a 29 de Outubro de 1918. Nos anos do pós-guerra, Berlim procurou, através das legações dos vários países aliados, devolver às famílias os objectos deixados pelos 259 presos de guerra portugueses que faleceram nos cativeros alemães, localizados na Alemanha, Bélgica, França e Polónia.

Entre 1917 e 1918 mais de sete mil militares do CEP estiveram presos em 81 campos de internamento e de trabalhos forçados. Nos dois teatros de guerra, em África e na Europa, contaram-se 13 645 presos e desaparecidos³. Entraram na terrível estatística da Grande Guerra: dos 65 milhões de combatentes, entre oito milhões a nove milhões foram prisioneiros de guerra (quase quatro milhões cativos da Entente e 4,5 milhões aprisionados pelas Potências Centrais); em finais de 1918, 750 mil presos tinham morrido nos cárceres⁴.

Na historiografia nacional e internacional sobre a Primeira Guerra Mundial a história dos prisioneiros de guerra continua a ocupar um lugar ensombrado. Em Portugal, a tentativa de expugar do século xx a participação portuguesa na guerra — uma tentativa bem sucedida do Estado Novo — não é a única causa para o esquecimento. “Os prisioneiros voltaram às suas ocupações anteriores e sobre eles se fez o esquecimento geral dos seus sofrimentos e

até eles próprios o esqueceram em parte”, escreveu um dos médicos do CEP, Manuel Hermenegildo Lourinho, ex-presos de guerra⁵. Heather Jones, historiadora inglesa e autora de obras sobre os prisioneiros da Primeira Guerra Mundial, aventou outras explicações: a atenção atribuída aos combatentes mortos na Grande Guerra, somada ao horror da história dos presos de guerra na Segunda Guerra Mundial, confluíu numa inevitável sombra sobre o tema⁶.

Através da investigação em diversos fundos documentais, procurou-se neste livro dissipar essa sombra e atribuir aos prisioneiros de guerra portugueses a única justiça acessível: a memória.



foto 2 / Bilhete-postal com fotografia de António Maria Rodrigues Lourenço, datada de Agosto de 1917 / (Coleção particular)

PORTUGAL VAI PARA A GUERRA

S em declarações de guerra, nem assumindo o estatuto de Estado beligerante, Portugal entrou no primeiro grande conflito do século XX — a Primeira Guerra Mundial — logo em 1914, combatendo os alemães no Sul de Angola e no Norte de Moçambique. O teatro de guerra africano, com duas frentes, representava a necessidade de o novo regime republicano manter a integridade do império colonial — algo que reunia o consenso político e social do país.

Em Agosto, pouco depois da eclosão da guerra, Bernardino Machado, então chefe do Governo, ordenou a mobilização de dois destacamentos mistos para Angola (1525 homens) e Moçambique (1477). A sublevação das populações indígenas no Sul de Angola, em Novembro, animadas pelas investidas alemãs, reclamou mais uma força expedicionária de 2803 homens; e ao longo dos meses seguintes, os contingentes continuaram a ser engrossados. No fim do Verão de 1915 a defesa das duas colónias era feita por quase 13 500 militares, dos quais a grande maioria, mais de 10 mil, combatia em Angola. Em finais de 1914 o esforço de pacificação estava mais concentrado neste território, onde Norton de Matos, futuro ministro da Guerra e mentor do CEP, era governador-geral desde 1912. Nas vésperas de partir para Luanda, deu várias entrevistas a jornais ligados ao Partido Democrático, nas quais adiantava alguns dos seus projectos: pretendia avançar com a descentralização administrativa, construir redes viárias e ferroviárias e criar programas de aculturação dos nativos. “(...) as oficinas, com as obras públicas a iniciar na província, [devem ser] as suas principais escolas primárias”, uma vez que “pretos vadios a lerem jornais seriam pragas piores do que a tsé-tsé”, explicou⁷.

A Primeira Guerra Mundial e as “tremendas cobiças alemãs” acabaram por condicionar as suas “atitudes políticas”, escreverá mais tarde, em 1923, numa carta ao então ministro das Colónias, Vicente Ferreira⁸. Em Outubro



A CAMINHO DO DEVER: Um adeus carinhoso

(«Cliché» Benollet)

II série—N.º 573

ILUSTRAÇÃO

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1917

Portugal, colónias portuguesas e Hespanha
Assinatura Trimestre, 1\$20 civ. — semestre, 2\$40 civ. — Ano, 4\$80 civ. —
Número avulso 10 centavos

PORTUGUEZA

Director: — J. J. DA SILVA GRAÇA
Propriedade de J. J. DA SILVA GRAÇA, Ltd.

Número avulso em todo o Brazil, 600 réis

EDIÇÃO SEMANAL DO JORNAL «O SECULO»

Editor — JOSÉ JOUBERT CHAVES

foto 3 / A despedida no cais de Alcântara.
("Ilustração Portuguesa", 12 de Fevereiro de 1917)

e em Dezembro de 1914 dão-se os desastres de Cuangar e de Naulila — as forças portuguesas não resistiram aos ataques e Norton de Matos teve depois de enfrentar rebeliões dos nativos de Huila, mais tarde dominados por uma nova força expedicionária, desta vez liderada por Pereira de Eça.

A evolução do conflito, ao longo de 1915, já não iria encontrar Norton de Matos no Governo de Angola. Alegando falta de confiança por parte do Executivo de Pimenta de Castro, pediu a demissão, em Fevereiro, a Teófilo José da Trindade, ministro das Colónias, e regressou a Lisboa em Março. Um ano depois tutelava a pasta da Guerra.

De 1914 a 1918, estiveram em campanha nos dois teatros de guerra africanos pouco mais de 40 mil homens, aos quais se somaram mais de 55 mil na frente europeia. O balanço estatístico feito pelo historiador Luís Alves de Fraga aponta para a mobilização de 105 542 combatentes em África e na Europa⁹. No quadro das baixas (mortos, prisioneiros, feridos, desaparecidos), o número de presos de guerra na Frente Ocidental corresponde a pouco mais de sete mil, dos quais 233 teriam morrido nos cativos¹⁰.

Na história da participação de Portugal na Grande Guerra os números não são rigorosos. A dispersão documental e os erros em muitas fontes arquivísticas, incluindo transcrições mal feitas e omissão de informações, impedem a definição de uma contabilidade rigorosa. Porém, o cruzamento de fontes permitiu agora alcançar um novo número de prisioneiros de guerra que morreram na Alemanha, Bélgica, França e Polónia: 259 (ver Apêndice 1). O total inclui não apenas os que faleceram nos campos de internamento e de trabalhos forçados, mas também os que se mantiveram nas linhas da frente: aqueles que foram obrigados a trabalhar para o exército alemão em operações de guerra; os que sucumbiram nos hospitais franceses e belgas e nas enfermarias alemãs após a sua captura; e ainda os que, no “front”, morreram poucas horas depois de terem sido capturados (na maioria dos casos, a informação oficial indica que estes homens morreram “em combate”, faltando a informação de que estavam já sob custódia do inimigo).

Mais equívocos produzidos pela documentação: muitos dos que “desapareceram em combate” estavam presos em campos alemães¹¹, morreram nas trincheiras já sob a condição de presos de guerra ou foram submetidos a trabalhos forçados na Alemanha, França e Bélgica. Nos Boletins Individuais dos expedicionários não foram feitas, em muitos casos, as devidas rectificações. Não apenas devido à ausência de informações prestadas pela Alemanha, mas também porque o repatriamento, a partir de

Dezembro de 1918, que permitiria uma contagem mais rigorosa, foi um caos. Muitos presos de guerra saíram dos campos por moto próprio: uns nunca regressaram a Portugal; outros não comunicaram o seu regresso.

O cruzamento de fontes documentais do CEP, Ministério da Guerra, Ministério dos Negócios Estrangeiros e comissões de assistência aos prisioneiros possibilita uma abordagem sobre os números um pouco mais próxima da realidade, mas os mesmos devem ser lidos com cautela — sobretudo os dos mortos, feridos, prisioneiros de guerra e desaparecidos.

O CONSENSO POLÍTICO EM TORNO DA INTERVENÇÃO OFICIOSA EM ÁFRICA, e o alheamento do país (para muitos as colónias africanas não eram mais do que sinónimo de degredo), dissipou-se em 1916. Nomeadamente a partir de Março, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal na sequência da apreensão dos navios alemães fundeados no Tejo — um pedido feito pela Inglaterra e só acatado na condição de esta invocar a aliança luso-britânica, o que acabou por ser feito, para regozijo de Afonso Costa, então chefe do Governo.

No Verão do ano seguinte, em 1917, os democráticos entenderam que chegara a hora de explicar a intervenção na guerra ao país (ao país político, entenda-se), um ano depois de terem tomado uma decisão sem qualquer consulta popular. Os esclarecimentos tiveram lugar no Senado, em sessões secretas, nas quais Norton de Matos, ministro da Guerra, ia salientando que a participação portuguesa no conflito criara uma “ligação indissolúvel” com os Aliados; que as relações externas “são como nunca foram”; que Portugal gozava das “maiores simpatias”¹².

Desde Janeiro desse ano que milhares de homens partiam para o “front”. O país vivia em agitação quase ininterrupta: a fome alastrava; paralisavam os telégrafos; sucediam-se greves na distribuição da água e na construção civil; a partir de Maio a Virgem “apareceu” por diversas vezes a três crianças, num campo perto de Ourém; e em Lisboa e no Porto os mais pobres assaltavam padarias e os vendedores de hortaliças. Aparentemente nada abalava o Governo de Afonso Costa. No Senado, Norton de Matos anunciou que planeava o envio de mais expedicionários para a Frente Ocidental: “mais ou menos” 48 mil por ano. E para evitar a “acção perniciososa” dos antiguerristas, transformava-se Tancos num campo de reservas humanas¹³. Na mesma sessão, o deputado Celestino de Almeida, que fora o primeiro ministro das Colónias da República, chegou mesmo a propor que

os militares envolvidos nas revoltas anti-intervencionistas, eclodidas nos quartéis, fossem compulsivamente enviados para os “campos de batalha”, como castigo¹⁴.

Naquele primeiro dia de Agosto, os senadores presentes, 23, aplaudiram e elogiaram Norton de Matos e Afonso Costa. Afinal, a intervenção de um país pequeno como Portugal na Grande Guerra engrandecia a nova República e os seus líderes. Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, só via “vantagens” na beligerância — os “sacrifícios”, dizia ele, provavelmente referindo-se à carestia de vida que tomara conta do país, provocando revoltas, greves e assaltos a lojas desde Maio (um período de agitação que ficou conhecido como a “revolução da batata”, pois o preço do produto chegou a triplicar num só dia e escasseava nas praças e mercados¹⁵), iriam culminar em “largas compensações”¹⁶.

A declaração de guerra da Alemanha tinha sido a “sorte grande” de Portugal, com o país a ser premiado, argumentava, com “voz e voto” na Conferência de Paz. E, embora não o tenha dito, pensava sobretudo nas reparações de guerra. “O primeiro dever dos políticos portugueses consistia em colocar o país em condições de ter voz e voto na Conferência de Paz”, declarou¹⁷. Mesmo que essas “condições” implicassem enviar para a “máquina de massacre”¹⁸ da Frente Ocidental milhares de jovens, os “Carneiros Exportados de Portugal”, como caricaturavam alguns articulistas anti-intervencionistas da época.

As motivações para a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial são várias, de acordo com a historiografia nacional. Há a tese colonialista, a peninsular (que sustenta a intenção de Espanha em anexar Portugal) e a da legitimação e reconhecimento internacional do regime instaurado em Outubro de 1910. Sobre todos os argumentos persiste o “interesse pessoal” de uma facção política, enquanto a população assistia “indignada e inerme”¹⁹ ao embarque de milhares de jovens para o “matadouro” europeu.

QUANDO AFONSO COSTA FORMOU GOVERNO, EM NOVEMBRO DE 1915, foram desde logo tomadas medidas para se preparar uma Divisão de Instrução com vista à possível entrada de Portugal na frente de guerra europeia. Uma dessas medidas foi a escolha de um local para os treinos, tendo sido seleccionado o polígono militar de Tancos, em detrimento de Mafra e de Torres Novas. Tancos, onde estava já instalada a Escola de Aplicação de Engenharia, oferecia as condições necessárias: situava-se

junto ao Zêzere e ao Tejo para abastecimento de água; e estava perto do Entroncamento, o que facilitava as ligações por via férrea de homens, materiais e alimentos. Faltava, porém, capacidade de alojamento. O número de tendas era reduzido e no mercado nacional não existia lona em quantidade suficiente, pelo que o Governo democrático teve de comprar matéria-prima a Espanha para fabricar lona no país. Mesmo assim, ainda foi preciso recorrer às tendas dos serviços de saúde e às que tinham sido usadas no Campo de Manobras de Tancos, criado por Fontes Pereira de Melo em 1866.

O processo foi tão célere que em Abril de 1916, um mês depois de António José de Almeida, chefe do Governo de União Sagrada (coligação de democráticos e evolucionistas, na qual existia uma distribuição muito pouco equitativa de pastas, com os democráticos a arrebatarem os Ministérios mais relevantes), ter inaugurado a legislatura com um discurso onde apontava a preparação de uma força expedicionária como a missão mais importante do Executivo, estavam já concentrados na “cidade de paulona” cerca de 20 mil homens²⁰. A instrução militar, comandada pelo general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que iria chefiar o CEP até Abril de 1918, sendo substituído pelo General Garcia Rosado na sequência de La Lys, fez-se ao longo de quase quatro meses. Na imprensa democrática a propaganda guerrista ventilava as extraordinárias virtudes logísticas e militares da força expedicionária. “Cheira acremente a pólvora e tem-se a ilusão de que, efectivamente, está travado, entre a gente que faz fogo e a outra que defende a posição atacada, um nutrido e formidável combate”²¹, escrevia em Junho, n.º “A Capital”, o jornalista Adelino Mendes, que, em 1917 acompanhou o desembarque do CEP em França e muitos anos depois viria a escrever sobre a Guerra Civil de Espanha para “O Século”.

No “Diário de Notícias” e na “Ilustração Portuguesa” dedicaram-se muitas páginas ao “milagre de Tancos”. Contudo, o único “milagre” ali ocorrido foi os homens terem conseguido sobreviver a um Verão antecipado e especialmente quente. De resto, os treinos não se adequavam à guerra em curso na Frente Ocidental. As críticas públicas à instrução só se fizeram ouvir depois da guerra. Mas em 1919 ainda havia quem insistisse que os expedicionários tinham tido uma boa preparação: “Quanto à deficiência das tropas que constituem o corpo de exército português, tenho a certeza de que, com o período de instrução em Tancos, com a instrução intensiva que se deu às diversas unidades do exército, com a instrução complementar que receberam em França, não tomaram conta do seu sector em condições

inferiores às de outras nações”, disse Norton de Matos numa entrevista um jornal da Figueira da Foz, em Maio²².

O fim da instrução em Tancos foi festejado com pompa e circunstância a 22 de Julho de 1916. O Presidente da República, Bernardino Machado, membros do Governo, do corpo diplomático e adidos militares assistiram, num palanque, a uma grande parada militar na charneca de Montalvo. Norton de Matos e Bernardino Machado convidaram ainda a elite republicana, que viajou de Lisboa para Tancos num comboio especialmente fretado para o efeito, embarcando na estação do Rossio ao fim da manhã. Os jornais afectos ao Governo fizeram parangonas com a parada de Montalvo e publicaram diversas fotos. E os soldados, esses, cumpriram a ordem de regressar aos seus quartéis, onde aguardariam a chamada para a guerra.

A Inglaterra mantinha, desde 1914, muitas reservas sobre a intervenção portuguesa na guerra. A experiência em África dera-lhe a conhecer a falta de preparação dos militares portugueses, pelo que renunciavam assistir ao mesmo na Frente Ocidental. A declaração de guerra da Alemanha a Portugal exigia, por isso, demoradas negociações bilaterais. O processo arrastou-se até ao Inverno, culminando a 3 de Janeiro de 1917, quando Augusto Soares e Lancelot Carnegie, ministro inglês em Lisboa, assinaram um memorando que definia que a campanha militar portuguesa seria feita no sector inglês e que o CEP teria alguma autonomia. Um mês depois da assinatura da convenção, Portugal reclamou junto da Inglaterra que pretendia elevar o CEP a Corpo de Exército, com duas divisões compostas por 55 mil homens. Os ingleses resistiram, mas acabaram por ceder, em Julho, quando o Governo ameaçou proibir o envio para França de meios prementes para o exército britânico: construtores de linhas férreas e um corpo de artilharia pesada²³.

Ao longo do período de conversações com a Inglaterra, a resistência anti-guerrista continuava a grassar entre as tropas. Sucediavam-se deserções e insurreições; em Santarém, alguns oficiais do regimento 34 foram presos; em Lisboa, saltavam de mão em mão panfletos com versos e boatos sobre os políticos que estavam a enriquecer com a guerra e a acusação de que a intervenção servia para “salvar a dinastia do Afonso Costa”; nas barracas de Tancos, agora desertas, lia-se “a Verdun não vai nenhum”²⁴.

Em Dezembro de 1916, alguns dias depois de o Funchal ter sido bombardeado por submarinos alemães, António Machado Santos, o aclamado “herói do 5 de Outubro”, líder das forças carbonárias na revolução republicana, tentou, a partir de Tomar, derrubar a União Sagrada e,

consequentemente, evitar o embarque dos militares para França. A revolta falhou e Santos, secundado por soldados e civis republicanos e monárquicos (apesar de D. Manuel II ter manifestado o seu apoio à beligerância de Portugal, os monárquicos tentaram aproveitar o clima geral de insatisfação, na sociedade civil e no exército, para dificultar a mobilização de forças para a frente de guerra — uma estratégia política contra os partidos intervencionistas²⁵), acabou encarcerado em Viseu, no presídio do Fontelo. Tentando evitar outros motins, o Governo declarou o estado de sítio e ordenou a prisão das tropas insubordinadas, protelando os julgamentos para o fim da guerra.

Contudo, ainda antes da instrução em Tancos, já muitos militares, sobretudo oficiais, se opunham à ida para a Frente Ocidental. Em Abril, duas companhias do Regimento de Infantaria 21, aquarteladas na Covilhã, recusaram embarcar no comboio com destino a Tancos. Tamagnini de Abreu e Silva teve mesmo de viajar para a cidade, onde tentou debelar a insubordinação. Resultado: foram decretadas sanções disciplinares para todos os chefes militares.

As punições no meio castrense não travaram, contudo, nem a propaganda anti-intervencionista nem as revoltas militares, apoiadas também pela Igreja. Por isso, a imprensa guerrista, ao longo dos meses da instrução, tentou sempre publicitar a ideia de que as tropas estavam desejosas de chegar às trincheiras. “Tudo o que de mau se tem dito a respeito do que por aqui se passa”, escreveu Adelino Mendes n’*“A Capital”* em Junho de 1916, “é redondamente falso. Garanto-lhe — diz-me o meu companheiro [capitão Matias de Castro] — que ainda aqui não se deu o mais insignificante acto de indisciplina. A pessoa que em Tancos melhor vida leva é o juiz auditor. Creio que até hoje as tropas que no polígono estão concentradas ainda não lhe deram que fazer.”²⁶

Alguns anos mais tarde, Norton de Matos, segundo Raul Rego, lamentou a decisão de fazer regressar as tropas para a província, onde “elementos monárquicos e derrotistas” teriam “envenenado” os homens com ideias anti-guerristas, incentivando-os à desmobilização²⁷.

Esta justificação para os actos de insubordinação (que continuaram na frente de guerra) procurava ignorar a contestação civil — o alheamento perante a ida de expedicionários para Angola e Moçambique dera lugar a uma intensa oposição popular à intervenção na frente europeia. E a maioria dos 55 mil homens que partiu para França, entre Janeiro de 1917 e Fevereiro de 1918, fê-lo sob um espírito de protesto silenciado.

A 26 de Janeiro de 1917, o primeiro contingente do CEP embarcou em Alcântara rumo ao porto de Brest, França. O deputado, escritor e médico Jaime Cortesão, que se voluntariou para a guerra e foi gaseado em La Lys, ficando quase cego, subiu a bordo e viu a “hostilidade” silenciosa dos oficiais: “Subo aos navios. Os soldados bem. Riem, aclamam, dão palmas num ou noutro barco. Dos oficiais, alguns, os conhecidos, vêm ao nosso encontro com alegria e emoção. Outros, e são muitos, em frente dos visitantes, perfilam-se, hirtos e impenetráveis. Por detrás das caras de pau sente-se todavia a hostilidade.”²⁸

Muitos militares faltaram mesmo ao embarque em Lisboa; outros, sobretudo os praças, manifestaram a sua oposição à guerra com actos de desobediência já a bordo dos navios. Durante a viagem era preciso exigir “compostura e asseio” e proibir os homens de “satisfazer as suas necessidades fora dos locais destinados às mesmas” e de “conservar lixo” nas cobertas²⁹. A 28 de Fevereiro de 1917, o Batalhão de Infantaria 28 desembarcou em Brest, não sem antes o major Teófilo Guanilho ter condenado um 1.º cabo a 15 dias de prisão disciplinar e um soldado a 10 dias de igual pena por terem proferido “comentários” no momento em que muitos praças estavam prestes a sair do navio. “Estão todos vendidos”, foi um dos comentários. No entanto, Guanilho, guerrista convicto, escreveu no seu diário de campanha que os casos eram uma excepção (o que não era verdade). Porque “as qualidades que sempre distinguiram o soldado português”, escreveu, “são a paciência, a resignação e a subordinação”. Para os expedicionários portugueses, prosseguia, estavam reservados os “louvores da glória”. “É preciso que sempre estejamos convencidos que não viemos fazer uma viagem de recreio para ver terras estranhas, mas sacrificar-nos para que o nosso querido Portugal continue livre, mas também para *colhermos os louvores da glória para os que felizmente regressarem irem depor no altar da Pátria*.”³⁰ Nada neste panegírico se confirmou. Curiosamente, menos de um mês depois de escrever estas palavras, em Março, Teófilo Guanilho foi “julgado incapaz de todo o serviço” e “evacuado para a metrópole”³¹.